



Federação Nacional dos Médicos

A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários é demasiado importante para que se admita poder vir a ser hipotecada, uma vez mais, por critérios meramente partidários

A evolução mais recente da reforma dos Cuidados de Saúde Primários, em especial no que à criação e implementação dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) se refere, vem-se constituindo como motivo crescente de preocupação, visto estar em marcha acelerada o processo de formulação de convites para os futuros directores executivos dos ACES, a serem criados até ao final do presente ano, de acordo com declarações recentes da Sr^a Ministra da Saúde.

Nada de significativo e merecedor da nossa especial preocupação, caso este processo decorresse no respeito pelos princípios enunciados e consagrados para a reforma dos CSP, iniciada em 2005.

Não é nosso hábito, e muito menos princípio, discutir nomes e decorrentes atribuições de cargos. O que é nosso hábito, isso sim, por obrigação sindical e de cidadania, é formularmos um conjunto de perguntas que, ano após ano, ministério após ministério, governo após governo, quase invariavelmente ficam sem resposta. Assim:

- Que perfil, que experiência, que nível de conhecimentos, que competências demonstradas, que curriculum mínimo se deve exigir?

Por outras palavras, que critérios fundamentam as escolhas?

Parece que ninguém sabe, ou pelo menos não revela, muito embora essa fundamentação seja uma exigência determinada através do DL 28/2008 que cria os ACES.

A FNAM alerta para a importância e delicadeza do actual momento no quadro da Reforma nos CSP.

Os ACES a criar são serviços públicos, com autonomia administrativa, que têm por missão garantir a acessibilidade e a prestação, numa relação de proximidade, de cuidados de saúde de qualidade a grupos populacionais que deverão variar entre 50.000 e os 200.000 cidadãos.



Federação Nacional dos Médicos

Estamos pois a falar de estruturas complexas e sofisticadas, que envolvem recursos humanos e técnicos qualificados, numa escala e num processo de prestação de serviços que, se analisados do ponto de vista gestor e dos recursos financeiros envolvidos, as situarão entre as 1000 maiores empresas portuguesas e, um número considerável integrarão mesmo o *ranking* das “500 Mais”.

Mas, para lá desta opacidade quanto aos critérios, e do secretismo quanto à forma como tudo se está a processar, a FNAM sabe que, uma vez mais, as pressões externas e o tráfico de influências a tudo se querem sobrepôr, até mesmo às estruturas técnicas e da administração do próprio ministério.

Será oportuno lembrar o Manifesto que, em Março passado, um grupo de 68 Coordenadores de USF fez publicamente circular e que, muito oportuna e sugestivamente intitulou - ***Partidarização dos Agrupamentos de Centros de Saúde, Uma monumental asneira, seguramente a evitar...***

Nesse Manifesto era já muito clara a razão principal dos temores e desconfianças.

... nem um mês decorrido sobre a publicação do Decreto-lei dos ACES e já se insinuam, uma vez mais, distritais e concelhias partidárias num processo tão frenético quanto subterrâneo de tentativa de imporem às ARS, não os melhores, mas os mais devotos e obedientes.

Quando, como é o caso, o que está em causa é a saúde dos portugueses e a vitalidade do SNS, a independência e a transparência na selecção dessas lideranças constituem-se como condições de partida incontornáveis.

Seis meses após este “grito de alerta”, a opacidade de processos e a descaracterização daquilo que até determinado momento foi uma característica da reforma em curso – processo transparente e participado – parecem estar prestes a fazer o seu percurso de desqualificação por via do aproveitamento do Serviço Nacional de Saúde por lógicas e agendas pessoais e de grupo.

Uma vez mais a “mediocrocracia” força o seu percurso. Uma vez mais, através dos mesmos processos e conduzida pela mão dos mesmos – os medíocres, para quem a mais profunda mudança organizacional dos cuidados de saúde primários se resume a nomeações orientadas por meras fidelidades de grupo. Sem mais exigências.



Federação Nacional dos Médicos

O sucesso de uma reforma com esta dimensão está dependente, em grande medida, das pessoas que a vão liderar e da sua maturidade, grau de desenvolvimento e compreensão relativamente ao que está em causa.

Pelo que nos é dado observar, parece que deixou de haver quem se preocupe com os aspectos críticos da organização dos novos ACES, como sejam a contratualização interna e a governação clínica.

Mas, será que ninguém quer mesmo uma autonomia responsável e moderna dos futuros ACES, contemplada aliás e como já se disse na própria legislação - Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro?

No contexto agora denunciado, e num cenário de tensões do qual a Missão para os Cuidados de Saúde Primários sibilamente se ausentou ao abdicar de coordenar, como era sua atribuição, a FNAM exige, para a sustentação do SNS que a Reforma seja completada, sem cedências nem eventuais recuos por força da resistência instalada e de ausência de liderança.

Para os que, em pose de Estado e ar condescendente, certamente já preparam os habituais argumentos e declarações, acusando-nos de estarmos a tentar perturbar a governação avançando com cenários irrealis, deixamos uma breve transcrição dum livro editado em 2002 por autores insuspeitos

Portugal é caracterizado por baixos níveis de eficácia e transparência da governação, por um baixo nível educativo da população, e por uma baixa percepção do nível e qualidade do conhecimento nas mudanças organizacionais e culturais quando comparado com os restantes países da União Europeia. Ao nível da eficácia e transparência da governação, um dos indicadores mais problemáticos está relacionado com a influência política na Administração Pública

(“Ensino Superior: Uma visão para a próxima década”, José Veiga Simão; Sérgio Machado dos Santos; António de Almeida Costa 2002.)

8 de Outubro de 2008

A Comissão Nacional de Medicina Geral e Familiar da FNAM